



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

**COMO DEVE SER UMA TEORIA DO SIGNIFICADO: A
PERSPECTIVA DUMMETTIANA**

FELIPE CASTELO BRANCO MEDEIROS

BRASÍLIA/DF
MARÇO – 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

**COMO DEVE SER UMA TEORIA DO SIGNIFICADO: A
PERSPECTIVA DUMMETTIANA**

FELIPE CASTELO BRANCO MEDEIROS

Monografia apresentada como
requisito de conclusão do curso de
Graduação em Filosofia da
Universidade de Brasília

**Orientador: Nelson Gonçalves
Gomes**

BRASÍLIA/DF
MARÇO - 2013

Agradecimentos

Agradeço primeiro à minha família pelo apoio e constante incentivo. Devo agradecer especialmente à minha mãe Marina e ao meu pai Júlio por prover as condições para que eu estudasse sem preocupações e por suportar-me nos momentos de desânimo.

Agradeço também a minha namorada Juliana, sem ela não sei como teria me mantido são no período em que escrevia este trabalho.

Agradeço a meus amigos Daniel, Caio, Luís Felipe, Vinícius e Rogério que em um momento ou outro toleraram algumas de minhas digressões filosóficas. Agradeço a meus companheiros de curso Fábio, Raphael, Gilmar e Alexandre cuja troca de opiniões foi profundamente importante para meu amadurecimento filosófico.

Agradeço a todos os servidores da UnB cujo trabalho garantiu-me a possibilidade de realizar meus estudos.

Existe, entretanto, uma classe de pessoas as quais devo agradecer especialmente. São eles, todos os professores do departamento de filosofia, sem os quais essa experiência não seria possível. Em particular, minha dívida para com meu orientador o professor Nelson Gonçalves Gomes não pode ser mensurada, mas devo no mínimo dizer que foi o seu curso de Filosofia Analítica que transformou meu pensamento e fez-me ter certeza do que queria estudar pelo resto da vida. Nessa mesma tônica não posso deixar de mencionar o professor Felipe Amaral, pois, se o curso de Filosofia Analítica foi o meu primeiro despertar, o curso de Filosofia da Linguagem do professor Felipe Amaral foi, por conseguinte, a confirmação de uma vocação. Além disso, não posso deixar de mencionar o professor Agnaldo Cuoco Portugal cujos cursos, apesar de, em ocasião, se distanciarem dos meus interesses, sempre foram muito úteis na medida em que serviram para me confrontar com um exemplo do rigor e método apropriados a um filósofo. Por fim devo mencionar os professores Alexandre Costa-Leite e Júlio Cabrera cujos valiosos *insights* e receptividade para discussões foram de grande importância na formulação de minhas próprias ideias.

“E disse o Senhor: ‘Eles são um só povo e falam uma só língua, e começaram a construir isso. Em breve nada poderá impedir o que planejam fazer. Venham, desçamos e confundamos a língua que falam, para que não entendam mais uns aos outros’.

(Bíblia Sagrada Gn 11, 6-7)

Prefácio

“Our usual ways of thinking about the mastery of a language, or of this and that element of it, are permeated by the conception that this mastery consists in *knowledge*.”

(Michael Dummett)

Esse é um trabalho de conclusão de curso que se preocupa em lidar com a seguinte pergunta: “O que sabemos quando sabemos uma linguagem?”¹. Nesse contexto a noção trabalhada aqui será a de significado, uma vez que tal conceito de parece ser aquele que é utilizado de forma central para explicar no que consistem os mecanismos complexos aos quais nos referimos como linguagem. Tendo em vista essa proposta, parece-nos importante utilizarmos este prefácio para elucidarmos dois tópicos: (1) o que queremos dizer por “saber uma linguagem”; (2) algumas ideias acerca da noção de significado que, apesar de não constituírem em sequer uma definição preliminar, não obstante versam sobre a natureza do correspondente conceito, ou sobre a forma como trataremos desse conceito aqui.

O que temos a dizer aqui, a respeito desses tópicos, é o seguinte:

(1) O conhecimento da linguagem ao qual aqui nos referimos é um tipo específico de conhecimento. Ele não é o conhecimento que um linguista, um gramático, ou outros especialistas possuem da linguagem. Não, o tipo de conhecimento ao qual a teoria que aqui apresentaremos procura versar, é um conhecimento mais básico, é o conhecimento que todos nós possuímos quando usamos uma linguagem, é, em suma, o que cada agente sabe quando ele possui o *domínio* de uma linguagem.

(2) A forma pela qual abordaremos a noção de significado (e por extensão a nossa noção de linguagem) é uma na qual o entenderemos como a forma de expressão de nossas estruturas conceituais e como uma forma de compreensão de conceitos. Nesse sentido, nós nos ocuparemos aqui de uma determinada função cognitiva da linguagem², e o tratamento da noção de significado se ocupará prioritariamente do seu aspecto *epistêmico*. Apresentaremos aqui uma noção do significado que busca lidar com a forma como a linguagem se relaciona *epistemicamente* com o mundo, com a forma como nossa linguagem expressa e é o fruto de

¹ Este é também o nome de um artigo de Dummett, o autor em grande parte responsável pela motivação para a escrita deste texto que aqui apresentamos.

² Essa é, notadamente, a forma de tratamento dada à linguagem priorizada pela filosofia analítica, que é abordagem filosófica por nós aqui priorizada e utilizada ao longo do texto. Para uma discussão dos diversos outros modos de tratamento da linguagem ver o livro do Prof. Júlio Cabrera, *Margens das Filosofias da Linguagem*.

conhecimento. Nesse sentido, a seguinte exposição, portanto, deve ser entendida como procurando entender as condições linguístico-conceituais para conhecer o mundo. A partir dessa definição, segue-se como um corolário que, acerca de outras acepções e funções da noção de significado (como por um exemplo o significado em sua relação a uma ideia da linguagem como meio de constituição de experiências vividas, ou o significado em sua relação a uma ideia de linguagem como um meio de mascarar a realidade) a exposição que apresentaremos adiante tem muito pouco, se não nada, a dizer sobre.

Sumário

1. A PRETENSÃO DE CONHECER UMA LINGUAGEM	1
1.1 UM PANORAMA DO CONCEITO DE SIGNIFICADO	1
1.2 O QUE É ENTENDER UMA LINGUAGEM?.....	1
1.3 UMA TEORIA DO SIGNIFICADO PARA CONHECER UMA LINGUAGEM	3
2. INCURSÃO A UMA TEORIA DO SIGNIFICADO.....	8
2.1 COMO CONSTITUIR UMA TEORIA DO SIGNIFICADO?.....	8
2.2 COMO CONSTRUIR UMA TEORIA DA VERDADE	12
2.3 UMA TEORIA DO SIGNIFICADO	15
2.3.1 <i>Uma teoria da verdade para uma linguagem simplificada</i>	17
2.3.2 <i>Uma teoria do significado a partir de uma teoria da verdade</i>	22
3. UMA TEORIA DA LINGUAGEM.....	25
3.1 OS PROBLEMAS DA TEORIA DO SIGNIFICADO	25
3.2 COMO DEVE SER UMA TEORIA DO SIGNIFICADO	27
3.3 UMA TEORIA DO SIGNIFICADO ADEQUADA.....	28
4. CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

1. A pretensão de conhecer uma linguagem

1.1 Um panorama do conceito de significado

Na história da filosofia, o problema do que afinal fazemos quando estamos a nos utilizar de uma linguagem sempre foi um deveras elusivo. Ao longo da vasta história da filosofia, diversos tipos de tentativas foram feitos para tentar contemplar a árdua tarefa de explicar no que exatamente consistem os processos dos quais nos utilizamos, quando estamos a fazer uso de uma linguagem. Nesse contexto, gostaríamos de destacar, dentre a profusão de teses acerca da linguagem, algumas que procuram dar conta da natureza do significado e acerca de qual seria o tratamento adequado que devemos dar a este conceito. Entre essa miríade de teorias as que gostaríamos de destacar são as que correspondem a concepção de linguagem expostas na modernidade e contemporaneidade pela filosofia de orientação que culminará na filosofia analítica. São estas concepções: A concepção de que a) as palavras referem-se às ideias de que nós possuímos acerca dos objetos³; b) as palavras, quando em certa forma apropriada, denotam diretamente os próprios objetos⁴; c) há uma função bipartite dos termos onde eles possuem sentido [que é de modo geral o seu modo de apresentação] e referência [que é dado pelo sentido, e é o objeto que o termo designa]⁵; d) o uso é o que é relevante nos termos⁶. Não é nossa pretensão aqui julgar qual (se alguma) dessas teses é a que melhor descreve a natureza do conceito de significado. Entretanto, há uma observação que queremos fazer acerca de teorias desses tipos: elas não nos auxiliam a compreender a linguagem.

1.2 O que é entender uma linguagem?

Nesse ponto, talvez seja útil introduzirmos uma distinção que é comumente utilizada ao se falar de teorias da verdade, qual seja a distinção entre definição e critério de verdade. Para explicar tal distinção, podemos utilizar-nos da caracterização feita por Susan Haack em seu *Filosofia das lógicas*, que é a seguinte:

³ Essa é, *grosso modo*, a tese apresentada por John Locke no seu *Ensaio acerca do Entendimento Humano*.

⁴ Essa é, *grosso modo*, a tese apresentada por John Stuart Mill em seu *Sistema de Lógica*.

⁵ Essa é, *grosso modo*, a tese defendida por alguns filósofos da linguagem como a sendo apresentada por Gottlob Frege em seu *Sobre o sentido e a referência*.

⁶ Essa é, *grosso modo*, a tese do Segundo Wittgenstein exemplificada pela máxima "Significado é uso" presente nas *Investigações Filosóficas*.

“A ideia, de modo geral, é que enquanto uma definição dá o significado da palavra “verdadeiro”, um critério fornece um teste por meio do qual se diz se uma sentença (ou o que quer que seja) é verdadeiro ou falso-como, por exemplo, pode-se distinguir de um lado, fixar o significado de ‘febril’ como ter uma temperatura mais alta que um ponto dado e, de outro, especificar procedimentos para se decidir quando alguém está *febril*.” (HAACK, 1998; 130)

Como podemos ver, a distinção se pauta na ideia de que existem duas formas diferentes para se tratar determinados conceitos. Na primeira forma, tentamos definir (de um modo análogo ao que ocorre por um exemplo em um dicionário, ou seja, explicamos por meio da utilização de outros termos *no que consiste* um conceito) o conceito que está sendo trabalhado. Na segunda forma tentamos apresentar os modos pelos quais podemos reconhecer determinado conceito, ou seja, tentamos estabelecer um método (que pode escapar ao âmbito da linguagem-objeto) para determinar se um determinado caso particular é exemplificação do conceito.

Começamos essa seção apresentando essa distinção pelo seguinte motivo: Acreditamos que podemos generaliza-la para o conceito de significado. E por que desejaríamos fazer isso? A resposta para essa pergunta passa pela intuição de que uma teoria do significado como as dos tipos a, b, c e d , ou seja, uma teoria que apenas nos explique no que consiste o termo “significado” não é suficiente para o que desejamos aqui. É insuficiente pela sua própria natureza, pois, teses desse tipo, uma vez que são teses que se preocupam apenas com a *definição* tornam-se, portanto, incapazes de fornecer uma descrição detalhada dos processos linguísticos que uma vez explicitados deveriam ser suficientemente claros para que um agente que os entenda possa dizer o seguinte: “Eu entendo como funciona tal linguagem”. Ora, sendo isso o caso, precisaremos de algo a mais, pois na medida em que uma mera explicação do conceito de significado não parece exaurir a explicação de uma linguagem, se nosso projeto é o de explicar o que conhecemos quando conhecemos uma linguagem devemos, para esse fim, prover uma descrição tão completa quanto for possível dos processos linguísticos que estamos investigando.

Tendo em vista esse projeto, teremos de exigir algo a mais para compreender uma linguagem. Nomeadamente, teremos de requerer uma teoria que seja do tipo seguinte: Além de uma definição, esta teoria deve fornecer também a descrição de um *critério* para o significado, ou seja, deve nos permitir *conhecer* uma linguagem. Uma teoria da linguagem desse tipo deve, portanto, nos permitir entender os processos pelos quais uma linguagem é constituída e deve basear-se no conceito de significado. Mas como exatamente ela deve utilizá-lo? Se não é uma mera definição que buscamos, o que mais deve ser fornecido por

uma teoria do tipo que desejamos? A resposta para essa pergunta é nos propiciada, num primeiro momento, pelas reflexões de Donald Davidson.

1.3 Uma teoria do significado para conhecer uma linguagem

Michael Dummett⁷ diz na abertura de seu “*What is a Theory of Meaning (I)?*” que:

“[...], o melhor método para se formular os problemas filosóficos que rodeiam o conceito de significado, e outras noções relacionadas, é perguntando por qual forma que deveria ser tomada pelo que é chamada de ‘uma teoria do significado’ para uma linguagem”⁸ (DUMMETT, 1993; 1)

Essa posição, que pode ser explicitada como a ideia de que uma teoria do significado deve ser uma teoria acerca do método pelo qual os problemas filosóficos do significado devem ser tratados, é atribuída por Dummett⁹ de forma geral a Donald Davidson. Mas de onde advém essa ideia? Por que Davidson considera o tipo de tratamento dado ao significado em termos de uma definição, tratamento esse que foi dado por figuras como Locke, Mill, Frege e outros, como insuficiente? À resposta dessa questão, nos dedicaremos aqui em seguida.

A questão principal que motiva Davidson, assim como a muitos outros filósofos da linguagem e até mesmo alguns linguistas, é a questão que pode ser formulada da seguinte maneira: “O que sabemos quando sabemos uma linguagem?”. Chamaremos essa questão aqui de o problema da linguagem. Para Davidson, a resposta para essa pergunta passa primariamente pela ideia de que podemos resolver o problema da linguagem quando podemos explicar de modo apropriado o que é necessário para que seja possível a realização do aprendizado linguístico. Nesse sentido, o que o filósofo precisa para resolver o problema da linguagem é de um mecanismo que “dê uma explicação construtiva do significado das frases de uma linguagem” (DAVIDSON, 2009; 3)¹⁰. É por causa de sua concepção da solução do problema da linguagem que, na visão de Davidson, teorias como as do tipo a, b, c e d são inadequadas, pois, para Davidson, teorias como estas, são incapazes de fornecer um mecanismo adequado para a solução desse problema. Naturalmente, nesse ponto, é legítimo

⁷Impende ressaltar que todas as traduções dos trechos citados de autoria de Michael Dummett e Donald Davidson são próprias ao autor do trabalho, de vez que não há no mercado editorial ou acadêmico tradução para o português desta obra, que foram de suma importância à confecção do trabalho. Nesse sentido, as traduções do autor constam do corpo do trabalho, em respeito ao idioma pátrio, obrigatório na confecção de textos acadêmicos, com seus originais presentes nas notas de rodapé, com a devida referência.

⁸ “[...], the best method of formulating the philosophical problems surrounding the concept of meaning and related notions is by asking what form that should be taken by what is called ‘a theory of meaning’ for any one entire language”

⁹ Para essa atribuição, ver o Prefácio do livro *The Seas of Language*.

¹⁰ “give a constructive account of the meanings of the sentences in the language”

perguntarmo-nos o seguinte: “No que consiste em ser incapaz de lidar com o problema da linguagem e por que as teorias desse tipo são incapazes de lidar com a questão?”. Defrontando-nos com esse questionamento, nosso próximo passo então deve naturalmente ser o de examinar o argumento de Davidson (presente em seu artigo *Truth and Meaning*) para demonstrar esse ponto, e uma vez tendo examinado tal argumento, determinar se ele parece realmente estabelecer que as teorias do tipo a, b, c e d não fornecem uma resposta adequada para o problema da linguagem.

O argumento de Davidson é baseado na ideia de que para explicar a linguagem, devemos poder explicar no que ela consiste e devemos também poder explicar como nós a aprendemos. Mas no que consiste uma explicação desse tipo? O raciocínio de Davidson, que conduzirá a seu argumento contra determinadas teorias do significado é, mais ou menos, como se segue:

-Teses dos tipos exemplificadas anteriormente tentam apresentar uma definição de significado para a linguagem. Nesse sentido, o que teorias desse tipo tentam fazer é dar conta de como o significado das frases é baseado no significado das palavras. A forma comum que se propõe para a tentativa de realizar tal empreendimento é algo nas linhas de: “começar por atribuir o significado de cada palavra em uma frase (ou de alguma outra parte sintaticamente relevante) por meio de entidades: sendo assim nós poderíamos atribuir Theaetetus a ‘Theaetetus’ e a propriedade de voar a ‘voa’ na frase ‘Theaetetus voa’.”¹¹ (DAVIDSON, 2009; 18) Com o estabelecimento dessa relação, ou seja, com o estabelecimento da tese de que o significado das frases é composto pela soma do significado das palavras, e que estas, por sua vez, tem seu significado baseado em uma relação com entidades, o que resta é simplesmente mostrar como o significado de frases é gerado a partir do significado estabelecido por estas relações. É nesse ponto que surge o nosso problema. Do ponto de vista teórico, utilizando-nos da concatenação como um elemento importante da sintaxe, parece muito razoável que uma teoria da composicionalidade possa explicar como os significados das frases são adquiridos a partir de suas partes. Entretanto, como Davidson aponta, esse princípio quando aplicado as relações de “participar em ou instanciar”¹² (DAVIDSON, 2009; 18) , conduz a um resultado um tanto quanto estranho e que parece apontar para algum problema na teoria, qual seja, uma óbvia regressão ao infinito. Tendo esse problema em vista, a melhor solução que parece se apresentar para o mesmo, segundo Davidson, seria a de

¹¹ “One proposal is to begin by assigning some entity as meaning to each word (or other significant syntactical feature) of the sentence: thus we might assign Theaetetus to ‘Theaetetus’ and the property of flying to ‘flies’ in the sentence ‘Theaetetus flies’.”

¹² “participating in or instantiating”

Frege. Qual seria essa solução? Basicamente a ideia de que podemos evitar esse regresso ao infinito dizendo que as entidades do tipo relacional, como as de predicação (por um exemplo), são ‘insaturadas’ ou ‘incompletas’ em contraste com as entidades ‘saturadas’ ou ‘completas’, como os nomes. No entanto, nem mesmo esta teoria parece suficiente para solucionar o problema, pois como aponta Davidson: “[...] essa doutrina parece rotular uma dificuldade ao invés de solucioná-la”¹³ (DAVIDSON, 2009; 18) Ora, mas com que base, pode Davidson afirmar isso? No âmbito do discurso filosófico devemos, de forma geral, fundamentar nossas posições tão bem quanto possível. Uma declaração forte como a do tipo apresentada na citação acima deve, na medida do possível, ter suas razões explicitadas. Tendo em vista essa obrigação, faremos então um pequeno desvio, onde explicaremos o tipo de teoria do significado que Davidson parece ver como necessária. Esse âmbito então nos fornecerá as razões da crítica davidsoniana e os motivos pelas quais Davidson acredita na afirmação que foi enunciada acima.

O motivo pelo qual Davidson considera que a tese fregeana não resolve o problema, pode ser tornado claro no exame do caso dos termos singulares complexos. Consideremos um exemplo desse tipo, algo como: “O pai de Annette”. Como deveria o significado dessa expressão derivar do significado de suas partes? A resposta, nesse contexto, pareceria ser o fato de que o significado de “O pai de” é tal que quando essa expressão é posta como prefixo de um termo singular, a expressão resultante se refere ao pai da pessoa a que o termo singular se refere. Entretanto, se adotamos esse tipo de resposta temos um novo problema, um problema que pode ser formulado como o seguinte questionamento: Qual é o papel que a expressão insaturada “O pai de” tem na designação da entidade que é designada por “O pai de Annette”? Segundo Davidson, a resposta para isso é a seguinte:

“Tudo que podemos pensar em dizer é que esta entidade “cede” ou “doa” o pai de x como valor quando o argumento é x, ou talvez que essa entidade mapeie pessoas em relação a seus pais. Pode ser que não seja claro se a entidade para a qual ‘o pai de’ é dita representar, realiza alguma função explicativa genuína enquanto nos atermos a expressões individuais; portanto pensemos, ao invés disso, na classe infinita de expressões formadas ao escrever ‘o pai de’ zero ou mais vezes em frente a ‘Annette’¹⁴. (DAVIDSON, 2009;18)

Uma teoria desse tipo, portanto, explica um termo singular como “Annete” em função da sua relação direta com a entidade correspondente a Annete. E explica termos complexos

¹³ “[...] this doctrine seems to label a difficulty rather than solve it”

¹⁴ All we can think to say is that this entity “yields” or “gives” the father of x as value when the argument is x, or perhaps that this entity maps people on to their fathers. It may not be clear whether the entity for which ‘the father of’ is said to stand performs any genuine explanatory function as long as we stick to individual expressions; so think instead of the infinite class of expressions formed by writing ‘the father of’ zero or more times in front of ‘Annette’.”

como aqueles compostos de “o pai de” utilizados como prefixos de um termo singular t , como se referindo ao pai da pessoa a quem t se refere. Nesse sentido então, não precisamos postular nenhuma entidade que responda diretamente a apenas “o pai de”, esse é o ganho do tipo de descrição teórica feita por Frege, ou seja, é a forma como a tese fregeana parece solucionar o problema. Entretanto essa solução também implica uma determinada concepção de teoria do significado, qual seja, uma concepção onde não se pode exigir que todas as partes de expressões complexas tenham seus significados dados por entidades que correspondem a essas partes.

No que implica essa reformulação da teoria? Ela implica que a teoria, na medida em que é uma tese que basicamente descreve termos complexos simplesmente por meio da utilização do conceito de “se refere a”¹⁵, nos dá um procedimento efetivo para determinar qualquer termo singular no universo do discurso, que é aquilo que o termo se refere. Nesse sentido, a teoria fregeana é claramente de um tipo que nos é útil, e merece em princípio ser explorada. Um aparato tão simples como a ideia de que predicados podem ser interpretados como casos especiais de expressões funcionais e frases como casos especiais de termos singulares complexos, parece se revelar em princípio, extremamente fecundo. Entretanto, nesse ponto nos defrontamos com a problemática que motiva o argumento de Davidson para dizer que a solução de Frege não parece ser suficiente para o problema. Esse problema continua a se originar do postulado que a solução fregeana deseja salvar, qual seja, a ideia de que, de alguma forma, o significado de um termo singular deve ser identificado com um tipo de entidade (a sua referência). Mas afinal qual é este problema?

O problema, segundo Davidson, surge quando fazemos duas pressuposições muito razoáveis:

“[...] que termos logicamente equivalentes possuem a mesma referência, e que um termo singular não muda a sua referência se um termo singular contido é substituído por um outro com a mesma referência.”¹⁶ (DAVIDSON, 2009; 19)

Se pressupomos isso, e tomamos por um exemplo “R” e “S” como a abreviação de duas frases que possuem o mesmo valor de verdade, então para quatro frases do tipo:

(1) R

(2) $[x (x = x. R)] = [x (x=x)]$

¹⁵ Explica pois o mecanismo de “se refere a ” é utilizado da seguinte forma: termos complexos são formulados como parte de uma sentença do tipo “ t se refere a x ” onde “ t ” t é substituído por uma estrutura descritiva de um termo singular, e “ x ” é substituído pelo termo mesmo.

¹⁶ “that logically equivalent singular terms have the same reference, and that a singular term does not change its reference if a contained singular term is replaced by another with the same reference.”

(3) $[x(x = x.S)] = [x(x=x)]$

(4) S

Se temos essas quatro frases, temos quatro frases que possuem a mesma referência, pois (1) e (2) são logicamente equivalentes, como são (3) e (4) e já (2) e (3) se diferenciam apenas por uma conter no seu lado esquerdo o termo singular $x(x = x.R)$ enquanto a outra contém $x(x = x.S)$. Ora, se “S” e “R” possuem o mesmo valor de verdade e se nossas duas pressuposições iniciais estão corretas, esses termos singulares acabam por se referir também a mesma coisa. O problema que surge então é o seguinte. Se temos na teoria fregeana, um tipo de solução que tem como explicação fundamental a ideia de que o significado de uma frase é aquilo a que ela se refere, decorre de (1) – (4) que todas as frases que possuem o mesmo valor de verdade devem portanto, ser sinônimas. Esse resultado, que é inaceitável, sugere então que há algo de incorreto na solução de tipo fregeana.

Por causa desse resultado parece que, nesse ponto, deveríamos abandonar a concepção de uma teoria que se utiliza de funções para a reificação como uma estratégia que possa conduzir a boa uma teoria do significado. Na teoria fregeana, o caminho pelo qual isso é feito é um que tenta ainda salvar a ideia de significados como entidades por meio do estabelecimento da distinção entre *sentido* e *referência*. Nessa interpretação, “o problema é que questões de referência são, de forma geral, determinadas por fatores extralinguísticos, enquanto questões de significado não o são, e portanto os fatos podem relacionar expressões que não são sinônimas”¹⁷ (DAVIDSON, 2009; 19). Mas ora, se o que queremos agora é uma teoria que nos dê os significados (como distintos das referências) para cada frase, devemos começar por uma teoria que nos dê os significados (como distintos da referência) para cada uma de suas partes.

Nesse sentido então, chegamos finalmente à objeção de Davidson ao tipo de teoria como a, b, c e d. O que queremos é uma teoria do significado que tenha como requerimento a ideia de que:

(I) “[...] nós devemos ser capazes de especificar, de um modo que dependa efetivamente e unicamente apenas de nossas considerações formais, o que cada frase significa. Com os aparatos psicológicos adequados, nossa teoria deve nos ocupar para dizer, acerca de uma frase arbitrária, o que um falante da linguagem quer dizer com tal frase (ou considera que ela diz)”¹⁸ (DAVIDSON, 2009; 8)

¹⁷ “the trouble, we are told, is that questions of reference are in general, settled by extra-linguistic-facts, questions of meaning not and the facts can conflate the references of expressions that are not synonymous.”

¹⁸ “[...] that we must be able to specify, in a way that depends effectively and solely on formal considerations, what every sentence means. With the right psychological trappings, our theory should equip us to say, for an arbitrary sentence, what a speaker of the language means by that sentence (or takes it to mean)”

As teorias do tipo citado, portanto não são suficientes. Não são suficientes pois, ou elas não possuem uma solução para o problema da recursão infinita, ou então tentam evita-la utilizando uma solução do tipo fregeana. Mas se a solução é do tipo fregeana, o que temos em última análise é uma teoria que determina que o significado de “Theaetetus voa” é explicado pelo fato de que dado que “Theaetetus” é o argumento, o significado de “voa” ao incidir sobre o significado de “Theaetetus” fornece o significado de “Theaetetus voa” como valor dessa função. Entretanto, a vacuidade dessa afirmação é óbvia. Se o que nós desejamos é um tipo de teoria que satisfaça os critérios impostos por (I), não pode ser considerado como progresso a concepção, meramente definitória, de que o significado de “Theaetetus voa” é o significado de “Theaetetus voa”. Nesse sentido, “falar da estrutura da frase e do significado das palavras foi inútil, pois tais coisas não tiveram nenhum papel em produzir a descrição gerada do significado de uma frase.”¹⁹ (DAVIDSON, 2009; 20)

Tendo em vista esse resultado, portanto, torna-se claro que a identificação de palavras com entidades não é o suficiente para a construção de uma teoria do significado do tipo desejada, de fato tal identificação parece não gerar nenhum progresso. Por conseguinte precisaremos de outro tipo de teoria do significado, tipo este que deverá fornecer um método efetivo para se chegar ao significado de uma frase arbitrária por meio de uma descrição estrutural. É para o cumprimento dessa tarefa então, a elaboração de uma teoria que cumpra esses requisitos, que Davidson irá propor um outro tipo de teoria do significado.

2. Incursão a uma teoria do significado

2.1 Como constituir uma teoria do significado?

O argumento de Davidson sugere que o tipo de teoria do significado apresentado por a, b, c e d, é insuficiente para solucionar o problema da linguagem. De fato podemos dizer que a ideia central de Davidson, acerca de teorias do significado, é de que “reificar significados não é útil para uma teoria do significado” (LEPORE & LUDWIG, 2010; 8) Quanto a teorias que tentam reificar o significado, portanto, se os argumentos de Davidson estão corretos, chegamos a duas conclusões: (1) Introduzir significados como entidades pode conduzir a resultados desastrosos; (2) O trabalho que uma teoria do significado precisa fazer,

¹⁹ “ [...]talk of the structure of the sentence and of the meanings of words was idle, for it played no role in producing the given description of the meaning of the sentence.”

pode ser feito sem esse tipo de recurso. (LEPORE & LUDWIG, 2010; 8). Tendo em vista essa ideia, ou seja, baseando-nos na concepção de que

“significados (tratados como entidades) não são *necessários* para realizar o projeto de fornecer uma semântica composicional para uma linguagem natural; mas também não são *suficientes* [...]”²⁰ (LEPORE & LUDWIG, 2010;9)

o projeto no modo davidsoniano deve ser o de construir um outro tipo de teoria do significado. Mas em que consiste esse tipo diferente de teoria do significado? Afinal, qual é a proposta de Davidson para uma teoria que solucione o problema da linguagem?

Podemos apresentar a proposta davidsoniana, de uma forma mais ou menos como a que se segue. O que uma teoria do significado deve fazer é “de modo não trivial, fornecer o significado de cada frase de uma linguagem”²¹ (DAVIDSON, 2009; 20). Segundo Davidson, é justamente essa a tarefa que as teorias que reificam as palavras são incapazes de realizar. Mas como devemos realizar essa tarefa? Se o significado não pode se definido em termos de uma relação com entidades, qual é a alternativa? Davidson aponta que, uma vez que essa estratégia nos é negada, o que devemos fazer é operar, em nossa teoria, tomando por base o princípio de:

“[...] não assumir que partes de frases possuem significados exceto no sentido ontologicamente neutro de que [essas partes] realizam uma contribuição sistemática para o significado das frases nos quais elas ocorrem”²² (DAVIDSON, 2009; 22)

Nesse sentido, abandonamos a ideia de que o conceito de significado deve ser primariamente explicado a partir da explicação de partes de frases, frases estas que por sua vez, são explicadas por meio de uma relação direta entre certos signos e determinadas entidades. De certo modo, nossa teoria, tornou-se, com essa ideia, uma que precisa:

“[...] não somente explicar o significado de expressões complexas na sua estrutura e o significado de suas partes relevantes, mas ao mesmo tempo, iluminar também o que é para qualquer palavra, inclusive os primitivos semânticos, significar o que eles significam”²³ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 22),

Isso, por sua vez, acaba por apontar na direção de uma visão, de um certo modo, holista do significado. Mas como? Pode uma teoria que será composicional, que busca dar uma explicação *construtiva* do significado de uma linguagem, ser holista? Apesar de, em princípio, essas duas concepções parecerem incompatíveis, podemos ver que na teoria

²⁰ “meanings (treated as entities) are not *necessary* in order to carry out the project of giving a compositional semantics for a natural language; but they are not *sufficient* either [...]”

²¹ “[...] non-trivially give the meaning of every sentence in the language”

²² “[...]not to assume that parts of sentences have meanings except in the ontologically neutral sense of making a systematic contribution to the meaning of the sentences in which they occur.”

²³ “[...] not only explaining the meanings of complex expressions on the basis of their structure and the meaning of their significant parts, but also illuminating what it is for any words, including semantical primitives, to mean what they do”.

davidsoniana elas não o são, pois o ponto em questão de Davidson, ao dizer que há certo holismo na sua concepção de significado, *não* é o de negar que nós podemos entender o que uma frase significa por meio da compressão mais básica do significado de suas partes, mas *sim* a ideia de que, como ele coloca:

“Se frases dependem, para o seu significado, de sua estrutura e, se nós entendemos o significado de cada item na estrutura somente como uma abstração da totalidade de frases em que ele [tal item] aparece, então nós podemos fornecer o significado de cada frase (ou palavra) [da linguagem] somente ao fornecer o significado de toda frase (e palavra) da linguagem”.²⁴ (DAVIDSON, 2009; 22)

Sendo assim, portanto, o holismo na teoria davidsoniana consiste na ideia de que uma teoria do significado deve ser uma teoria que explique os processos por quais entendemos *todas* as frases do tipo “*s* significa *p*”. É a partir dessa ideia, da noção que a teoria do significado, apesar de composicional, deve começar sua descrição dos significados com o olhar voltado para o âmbito geral da linguagem e tomando como base o fato de que não achamos diretamente “nenhuma ajuda no significado de frases ao invés do significado de palavras”²⁵ (DAVIDSON, 2009; 22) que o próximo passo, segundo Davidson, passa a ser o de, na composição da teoria o significado, nos livrarmos da utilização do aparato problemático dos termos singulares. Mas como fazer isso? Como compor uma teoria que será composicional, e explicará o significado de frases e expressões complexas, em certo sentido a partir de suas partes, e ainda assim eliminar da descrição direta da teoria a referência a termos singulares? Segundo Davidson, esse efeito pode ser atingido, em princípio, por utilização de um recurso muito simples, que apresentaremos a seguir.

O método sugerido por Davidson para eliminar os termos singulares consiste simplesmente, no seguinte: Tomemos nossa teoria (que deve consistir em um método de determinação do significado de *todas* as frases do tipo “*s* significa *p*”) e substituamos “*s* significa *p*” por “*s* significa que *p*” onde o *p* é interpretado, não como uma referência direta a significados, mas sim como a uma frase. Fazendo isso, tornando essa a base de nossa teoria, livramo-nos dos termos singulares. Entretanto, no que nos é útil o artifício dessa substituição? Ela gera alguma espécie de ganho teórico? Esses são questionamentos legítimos que devem ser respondidos em toda e qualquer teoria filosófica que deseja ser bem sucedida. Tendo em vista esses questionamento e a nossa defesa, até o momento da posição davidsoniana,

²⁴ “If sentences depend for their meaning on their structure, and we understand the meaning of each item in the structure only as an abstraction from the totality of sentences on which it features, then we can give the meaning of any sentence (or word) only by giving the meaning of every sentence (and word) in the language.”

²⁵ “no more help in meanings of sentences than in meanings of words”

façamos agora o seguinte. Examinemos a fundo no que consiste essa substituição e vejamos no que ela implica para a teoria.

A primeira coisa que devemos dizer acerca dessa substituição é que, em princípio, ela parece ligeiramente artificial, pois

“Frases, como nós vimos, não podem nomear significados, e frases com ‘que’ como prefixo não são de modo algum nomes, a não ser que nós decidamos que elas o são”²⁶ (DAVIDSON, 2009; 22).

Além disso, temos também outro problema, qual seja, a ideia de que é razoável esperar que ao tentar lidar com a lógica do que parece ser um termo não-extensional “significa que” nós acabaremos por lidar com problemas tão difíceis quanto, ou até mesmo idênticos, aos problemas que surgem com a identificação do significados de signos com entidades.

Nesse ponto, Davidson diz que “o único jeito que ele conhece de lidar com essa dificuldade é simples, e radical”²⁷ (DAVIDSON, 2009; 22) e consiste no fato de livrarmos-nos dos problemas que podem surgir com a intensionalidade por meio de um exame “não do que será preenchido, mas do que irá preencher”²⁸ (DAVIDSON, 2009; 23) a teoria do significado. Nesse sentido, a teoria do significado terá, de acordo com Davidson, realizado o seu papel se ela fornecer, pra cada frase *s* na linguagem que a teoria procura descrever, uma frase correspondente (que substitua *p*), que de alguma forma dê o significado de “*s*”. Tendo em vista esse objetivo, torna-se claro que, o candidato mais óbvio para a frase que possa constituir esse papel (o de substituir *p*) é simplesmente a frase que corresponda ao próprio *s*, se a linguagem objeto (de *p*) estiver contida na metalinguagem (onde *s* é apresentado), caso contrário uma tradução apropriada será o suficiente. Além disso, para lidarmos com o problema da intensionalidade tomemos “um último passo ousado, tratemos ‘*p*’ extensionalmente”²⁹ (DAVIDSON, 2009; 23). Como faremos isso? Ora, simplesmente iremos retirar o obscuro “significa que”³⁰, fornecer para a frase que substitui ‘*p*’ um conectivo proposicional apropriado e adicionar uma descrição que substitui ‘*s*’ por um predicado. Sendo assim, o resultado final de nosso empreendimento, será um modelo, para a teoria do significado, que chamaremos de (T) e que terá a seguinte forma:

(T): *s* é T se, e somente se, *p*.

²⁶ “Sentences, as we have seen, cannot name meanings, and sentences with ‘that’ prefixed are not names at all, unless we decide so.”

²⁷ “The only way I know to deal with this difficulty is simple and radical.”

²⁸ “not on the filling but on what it fills”

²⁹ “As a final bold step, let us try treating the position occupied by ‘*p*’ extensionally”

³⁰ “means that”

Nesse ponto, onde retornamos por meio da inclusão do predicado T a uma teoria do significado que procura lidar apenas com a extensionalidade, devemos notar que, como diz Davidson, as condições para uma teoria do significado, ou seja, o tipo de estrutura requerida para a teoria do significado “parece ou idêntico ou relacionado em um auto grau com a variedade de definição da verdade nas linhas primeiramente expostas por Tarski”³¹ (DAVIDSON, 2009; 8). Essa correlação, entretanto, vale a pena enfatizar, não era o intuito original da teoria. De nenhuma forma o conceito de verdade “teve um papel ostensivo na declaração de nosso problema original”³² (DAVIDSON, 2009; 23). O que aconteceu foi simplesmente que, ao se refinar a teoria, esta levou a visão de que “uma teoria do significado adequada deve caracterizar um predicado que cumpra certos requisitos”³³ (idem, ibidem). O fato interessante, a respeito desse fenômeno, foi o fato de que “estava na natureza dessa descoberta que tal predicado se aplique precisamente as frases verdadeiras”³⁴ (DAVIDSON, 2009; 24). Esse fenômeno, por sua vez, levará a teoria davidsoniana a recorrer ao esquema de Tarski, o que faz com que, nesse momento, nós precisemos fazer um pequeno desvio onde apresentaremos de forma breve, o esquema de Tarski, visando em seguida uma visão mais aprofundada da teoria do significado davidsoniana.

2.2 Como construir uma teoria da verdade

Tarski começa o seu *O conceito de verdade nas linguagens formalizadas* dizendo que: “O presente artigo dedica-se quase inteiramente a um único problema: *a definição de verdade.*” (TARSKI, 2006; 19) Nesse sentido, a tarefa a qual o esquema T se propõe é a de construir uma teoria que forneça “*uma definição materialmente adequada e formalmente correta da expressão ‘sentença verdadeira’.*” (TARSKI, 2006; 20) Entrementes, essa tarefa ocupará todo o artigo e será de alguma complexidade além do que irá requerer, para a sua compreensão “o conhecimento de certas noções matemáticas e o domínio das técnicas da moderna lógica formal” (SANTOS, 2003; 95), o que faz com a sua apresentação aqui necessite de uma série de cuidados. Tendo em vista as limitações impostas por essa questão, portanto, nos utilizar-nos-emos aqui da seguinte estratégia: Seguiremos a rota apresentada por Ricardo Santos, no seu *A verdade de um ponto de vista lógico-semântico*, que nos permitirá

³¹ “the kind of structure required seems either identical with or closely related to the kind given by a definition of truth along the lines first expounded by Tarski”

³² “the concept of truth played no ostensible role in stating our original problem”

³³ “that and adequate theory of meaning must characterize a predicate meeting certain conditions.”

³⁴ “It was in the nature of a discovery that such a predicate would apply exactly to the true sentences.”

explicitar os pontos desejados de uma forma concisa e clara o suficiente para os propósitos desse trabalho.

Seguindo esse esquema, a primeira coisa que devemos mencionar acerca da teoria tarskiana é que, ao contrário de outras teorias que se ocupariam de, por exemplo, definir a verdade na medida em que esta se atribui às crenças que as pessoas têm acerca da realidade, a teoria tarskiana busca “definir a verdade enquanto esta se atribui às frases de uma língua ou uma linguagem” (SANTOS, 2003; 96). É a partir dessa concepção, ou seja, da intuição de que a verdade é uma propriedade que incide sobre *frases*, que Tarski procurará definir a verdade como um predicado das mesmas em uma linguagem. Tendo em vista esse objetivo, Tarski proporá então dois requisitos para que se possa construir uma definição adequada do predicado “ser verdadeiro”:

(1) Ela deve ser *materialmente adequada*, o que quer dizer que essa definição deve “estar em harmonia com o nosso conceito do dia-a-dia de verdade”³⁵ (KUNNE, 2005; 183), ou seja, a definição deve capturar o significado usual e efetivo do conceito de verdade.

(2) Ela deve ser *formalmente correta* o que quer dizer que ela deve obedecer às regras formais para a construção de definições.

Nesse sentido, o que a teoria tarskiana procurará fazer é produzir um conceito de verdade que respeite os requisitos (1) e (2). Mas no que consiste respeitar os critérios (1) e (2)? Mais importante ainda, como afinal deve a teoria tarskiana ser constituída? Responder a primeira pergunta é basicamente fornecer os princípios de uma resposta adequada para a primeira e é, portanto da elucidação desses critérios, visando a elucidação da teoria tarskiana, que nos ocuparemos agora.

(1) Segundo nossa definição, respeitar o requisito (1) deve ser simplesmente respeitar a ideia de verdade que pode ser expressa, de maneira clássica, pela seguinte máxima aristotélica:

“Dizer do que é que ele não é, ou do que não é que ele é, é falso, enquanto dizer do que é que ele é, ou do que não é que ele não é, é verdadeiro”. (ARISTOTELES, 1011b26-27)

Tendo em vista esse objetivo, Tarski irá propor como condição de adequação material que *qualquer definição aceitável de verdade deva ter como consequência* todas as instâncias do esquema (T):

(T) S é verdadeira se, e somente se, p.

onde ‘p’ pode ser substituído por qualquer frase da linguagem-objeto e ‘S’ pode ser substituído pela expressão da metalinguagem que consistirá no nome de ‘p’. Cumprindo esse

³⁵ “in harmony with our workaday concept of truth”

requisito, ou seja, construindo o esquema (T) que nos forneça instâncias de (T) como por um exemplo:

‘A neve é branca’ é verdadeira, se e somente se, a neve é branca.

Nós satisfazemos a condição de adequação material, pois nosso esquema produz somente instâncias que são verdadeiras. Nesse sentido, o que a condição de adequação material fornece ao esquema (T) é a possibilidade de fixar a “*extensão* do termo ‘verdadeiro’” (HAACK, 1998; 134), pois ela garante que qualquer caso particular da concepção de verdade tenha como extensão desse conceito o que é garantido pelo próprio esquema, ou seja, “S é verdadeira, se e somente se, p”.

(2) Respeitar o requisito (2), ou seja, produzir uma definição que seja formalmente correta deve primeiramente, e antes de qualquer outra coisa, consistir em uma atividade que “só adquire um sentido completamente definido quando lidamos com um sistema formal” (SANTOS, 2003; 97). Nesse sentido, o requisito (2) diz respeito à estrutura da linguagem na qual a definição de verdade deve ser dada, e exige que a constituição dessa linguagem siga determinadas regras, nomeadamente regras que falam, sobretudo, a respeito da “relação entre o novo termo introduzido e os termos que anteriormente já pertenciam ao sistema.” (SANTOS, 2003; 98). Mas no que consistem exatamente essas regras? As regras para a constituição de um sistema são basicamente duas:

(1a) A primeira regra, para a constituição de uma definição de verdade formalmente correta, é a de que tal definição deve ser expressa em uma linguagem que não seja semanticamente fechada. Essa regra, que é em parte baseada na solução de Tarski para os paradoxos semânticos³⁶, consiste essencialmente na ideia de que a definição de verdade deve ser verdade-em-£, ou seja, verdade em uma linguagem. Isso, por sua vez, quer dizer que deve haver uma hierarquia de linguagens, onde em uma expressão de uma metalinguagem M, o termo ‘S’ será definido em função de uma linguagem-objeto £ como ‘p’. Além disso, a metalinguagem M deverá sempre ser “essencialmente mais rica” (TARSKI, 2007; 171) o que quer dizer que ela deve conter a linguagem-objeto £ ou traduções de £ e o meios para se referir as expressões de £, pois, uma vez que pela condição de adequação material todas as instâncias do esquema (T) devem estar contidas na definição de verdade, essa condição é necessária para garantir que o uso de conceitos semânticos não vá nos envolver em algum tipo de contradição.

³⁶ Para uma elaboração muito breve da solução de Tarski para esses paradoxos no contexto da sua definição de verdade, ver as seções **A teoria semântica** e **Paradoxos** do livro *Filosofia das Lógicas* de Susan Haack.

(2a) A segunda regra, diz respeito à natureza da definição e de como ela deve ser formulada. Ela consiste basicamente na ideia de que o tipo de definição que deve ser fornecida por uma definição de verdade deve ser uma “definição normal explícita”³⁷ (SANTOS, 2003; 98). Isso quer dizer que a definição de verdade deve ter, essencialmente, a sua forma dada por um bicondicional, ou seja, a definição de verdade deve ser dada numa frase que possua em sua estrutura o ‘... se, e somente se, ...’. Além disso, essa regra possui sub-regras, “as regras formais usuais de definição” (TARSKI, 2006; 61), que incluem entre elas as seguintes:

(i) a expressão que se quer definir deve ocorrer apenas no ‘*definiendum*’³⁸.

(ii) nenhuma variável livre pode ocorrer no ‘*definiens*’³⁹, sem que ocorra também no ‘*definiendum*’.

(iii) a mesma variável não pode ocorrer duas vezes no ‘*definiendum*’.

A condição (i) evita uma definição circular, a condição (ii) evita definições que poderiam levar a contradições, e a condição (iii) evita definições nas quais o *definiendum* seja não-eliminável.

Esses são essencialmente os critérios para a construção de uma teoria do tipo tarskiana e junto a seus axiomas eles parecem construir uma noção de verdade adequada. Tendo mostrado os mesmos e aplicando-os para construir um esquema (T) do tipo

(T) S é verdadeiro, se e somente se, p.

onde ‘S’ é o nome de ‘p’, ‘p’ é uma expressão da linguagem-objeto que está contida no esquema (T) e a noção de verdadeiro é dada pelos axiomas apenas em função da relação entre uma metalinguagem M e uma linguagem-objeto £, nós acabamos por prover uma explicação da teoria tarskiana clara e concisa o suficiente para os nossos propósitos aqui.

2.3 Uma teoria do significado

O projeto davidsoniano, por meio de uma tentativa de constituir uma teoria do significado extensional, acaba por identificar como requisito para a sua estruturação a utilização de um tipo de teoria da verdade como a teoria tarskiana. A partir da identificação dessa motivação, nós nos ocupamos de explicar brevemente a teoria tarskiana, na expectativa de que a compreensão desta possa levar a uma compreensão melhor da teoria davidsoniana.

³⁷ A definição normal explícita é um tipo de definição fornecida pelo uso de um bicondicional que é expresso na linguagem natural pelo uso da expressão “se, e somente se”.

³⁸ O lado esquerdo do bicondicional o que está sendo especificado.

³⁹ O lado direito do bicondicional o que especifica algo.

Uma vez que realizamos esse passo e que agora compreendemos melhor esse aparato, a tarefa que nos cabe é a seguinte. Retornarmos a teoria davidsoniana e examinarmos como a construção da teoria do significado davidsoniana é constituída, dada a teoria da verdade tarskiana. Ao fim e ao cabo, quais são as virtudes desse tipo de teoria? Quais são seus problemas? Afinal, como é uma teoria davidsoniana inspirada pela semântica de Tarski e como podemos avaliar este tipo de teoria?

A primeira coisa que podemos dizer é que a teoria tarskiana parece ser adequada na medida em que ela possibilita uma teoria do significado que respeita os requisitos articulados pela exigência de composicionalidade. Mas no que precisamente consistem esses requisitos? E por que eles devem ser respeitados na construção de uma boa teoria do significado?

O princípio da composicionalidade para uma teoria do significado pode ser descrito como a aplicação da seguinte regra, que chamaremos de CM:

[CM]: “Uma teoria composicional do significado para uma linguagem \mathcal{L} é uma teoria formal que permite, a qualquer um que compreende a linguagem na qual a teoria é especificada, compreender as expressões primitivas de \mathcal{L} , e as expressões complexas de \mathcal{L} com base na compreensão das expressões primitivas de \mathcal{L} ”⁴⁰ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 26-27)

Esse princípio, que deve ser requerido acerca de qualquer teoria de uma linguagem natural, basicamente declara que uma teoria do significado deve “fornecer informação acerca do significado das partes de expressões complexas e o modo pelo o qual a combinação [dessas partes] é suficiente para o entendimento das expressões complexas.”⁴¹ (LEPORE & LUDWIG, 2010, 27) Nesse sentido, o que o princípio da composicionalidade representa é o fato de que os agentes que falam uma língua são seres de compreensão e capacidade finitas, mas que ainda assim possuem uma capacidade [a linguística] potencialmente infinita.

Este, por sua vez, é também o principal argumento para a necessidade de uma teoria do significado ser composicional, pois, na medida em que nós somos seres finitos que não possuem habilidades mágicas e na medida em que as linguagens naturais possuem um número indefinidamente grande de frases significativas que não são sinônimas, o que parece ser exigido de uma teoria do significado é que “a nossa habilidade de falar a linguagem seja baseada na nossa compreensão de um número finito de primitivos semânticos e de regras para

⁴⁰ “A compositional meaning theory for a language is a formal theory that enables anyone who understands the language in which the theory is stated to understand the primitive expressions of L and the complex expressions of L on the basis of understanding the primitive ones.”

⁴¹ “provide information about the meanings of the parts of a complex expression and their mode of combination sufficient to come to understand the complex.”

a sua combinação.”⁴² (LEPORE & LUDWIG, 2010; 27) Nessa interpretação, então, a habilidade de falar uma língua pode ser descrita como a capacidade de conhecer um certo número de primitivos semânticos, primitivos estes que possuem a propriedade de serem termos independentes, ou seja, de maneira análoga a, por exemplo os axiomas de um sistema lógico-dedutivo formal, tais termos são *irredutíveis* a outros primitivos semânticos. Entretanto, o domínio de tais termos não é o suficiente para explicar a capacidade linguística, além deles nós precisamos da capacidade de exercer certas regras de combinação que, quando corretamente utilizadas, irão permitir a construção bem sucedida de infinitos termos complexos.

Tomando por base esse princípio, chegamos ao segundo ponto que queremos aqui defender, qual seja, a ideia de que “uma teoria do significado para uma linguagem \mathcal{L} mostra ‘como o significado de frases depende do significado das palavras’ se ela contém uma definição (recursiva) de verdade-em- \mathcal{L} .”⁴³ (DAVIDSON, 2009; 23)

Essa tese, por sua vez, nos fornecerá um mapeamento do que deve ser a teoria do significado davidsoniana, nomeadamente, ela deve consistir em uma teoria recursiva, modelada pela convenção T, que nos permita mostrar como expressões complexas podem ser explicadas a partir de uma construção estrutural de expressões primitivas. Mas no que consiste ter essas propriedades? Afinal, como é construída essa teoria do significado?

Para responder a essa questão, seguiremos a rota apresentada por Lepore & Ludwig em *Donald Davidson: Meaning, Truth, Language and Reality*. Nesse sentido, nos utilizaremos da seguinte estratégia: construiremos uma linguagem simplificada com a sua respectiva teoria recursiva da verdade e em seguida mostraremos como, nesse tipo de linguagem, a sua formulação e adequação ao esquema T são suficientes para a caracterização de uma teoria composicional do significado.

2.3.1 Uma teoria da verdade para uma linguagem simplificada

O primeiro elemento que precisamos apresentar para a nossa construção, são os primitivos semânticos. Em nossa linguagem simplificada, esses “símbolos simples”⁴⁴ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 66) serão predicados, nomes e constantes lógicas. A nossa

⁴² “that our ability to speak a language be based on our understanding of a finite number of semantical primitives and rules for their combination.”

⁴³ “a theory of meaning for a language L shows ‘how the meanings of sentences depend on the meanings of words’ if it contains a (recursive) definition of truth-in-L.”

⁴⁴ “simple symbols”

linguagem possui predicados não flexionados⁴⁵ como por um exemplo ‘é perspicaz’, nomes, como por exemplo ‘Daniel’, ‘Bruno’ e outros (que chamaremos aqui de termos singulares), três constantes lógicas, ‘e’, ‘ou’ e ‘não:’, os símbolos para parênteses a esquerda e a direita ‘(’ e ‘)’ e por fim o espaço ‘θ’. *Expressões* na nossa linguagem simplificada são “sequências finitas dos símbolos acima.”⁴⁶(LEPORE & LUDWIG, 2010; 67) *Fórmulas atômicas* são expressões que consistem em um nome, seguido de um espaço, seguido de um predicado. Por um exemplo:

Daniel é perspicaz

Bruno é perspicaz

Fórmulas moleculares, por sua vez, são construídas a partir de fórmulas atômicas usando os conectivos lógicos e de acordo com as regras (i) e (ii) que apresentaremos, com exemplos, abaixo. Uma fórmula é uma expressão que é ou atômica ou molecular.

(i) Se ϕ é uma fórmula, então a sua negação, $\lceil \text{não: } \phi \rceil$, é uma fórmula.

Ex: Não: Daniel é perspicaz

(ii) Se ϕ e Ψ são fórmulas, então a sua conjunção, $\lceil (\phi \text{ e } \Psi) \rceil$ e a sua disjunção, $\lceil (\phi \text{ e/ou } \Psi) \rceil$, são fórmulas.

Ex: (Daniel é perspicaz e Bruno é perspicaz)

(Daniel é perspicaz ou Bruno é perspicaz)

Todas as fórmulas de nossa linguagem simplificada são frases; fórmulas atômicas são frases atômicas e fórmulas moleculares são frases moleculares.

Nossa teoria informal da verdade da linguagem simplificada, verdade-em- \mathcal{L} s, irá nos auxiliar a explorar o que nós sabemos acerca dos significados pretendidos desses termos. Em princípio, podemos dizer que elas devem significar o mesmo que significariam em português, exceto em casos onde tais expressões devam ser sensíveis ao contexto. Por conseguinte, já que a nossa linguagem simples é insensível a contextos nossa metalinguagem também deverá o ser. Portanto, nós trataremos os predicados da metalinguagem utilizados nos axiomas como não-flexionáveis. Para os propósitos dessa apresentação, nós iremos supor que um predicado não-flexionado é verdadeiro de algo se, e somente se, o seu correspondente flexionado é verdadeiro em algum tempo. Assim sendo ‘x é perspicaz’, por exemplo, na metalinguagem

⁴⁵ Por não flexionado queremos aqui dizer que nossa linguagem não lidará com problema apresentados pela contextualização de uma proposição, como por um exemplo, aqueles apresentados pelo questionamento acerca de em que tempo uma proposição x é asseverada.

⁴⁶ “are finite strings of the above symbols.”

que utilizaremos será interpretado como verdadeiro de um objeto se, e somente se, em algum tempo t aquele objeto é perspicaz.

Os axiomas que forneceremos para nossa linguagem simplificada, por sua vez, ao utilizar expressões que traduzem as expressões da linguagem objeto, adicionados de uma condição que imporemos mais adiante farão com que essa construção seja um veículo adequado para uma teoria composicional do significado. Mas qual são afinal esses axiomas que possibilitam a construção de uma teoria recursiva? Eles são de fato muito simples, como veremos a seguir.

Os axiomas da verdade-em- \mathcal{L}_s se dividem em diferentes categorias, de acordo com sua função. Axiomas de base atribuem condições de referência a nomes, e condições de verdade a frases atômicas. Axiomas recursivos atribuem condições de verdade a frases moleculares “em termos das condições de verdade das suas frases constituintes.”⁴⁷ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 68) Por meio desse mecanismo, as condições de verdade das frases moleculares são, em última análise, reduzida às das frases atômicas. Vejamos então os axiomas e exemplificações deles.

I. Axiomas de base

1. Axiomas de referência

AxB1. Para qualquer termo referente singular α , nós tratamos $\lceil \text{Ref}(\alpha) \rceil$ como uma abreviação para \lceil o referente de α na linguagem simplificada \rceil .

R1. $\text{Ref}(\text{'Daniel'}) = \text{Daniel}$

R2. $\text{Ref}(\text{'Bruno'}) = \text{Bruno}$

Axiomas de referência, portanto, atribuem referentes a nomes; eles nos dizem a o que cada nome apropriado se refere.

2. Axiomas de verdade para fórmulas atômicas

AxB2. Para todos os nomes α , $\lceil \alpha \text{ é } y \rceil$, ou em nosso exemplo α ‘é perspicaz’, é verdadeiro-em- \mathcal{L}_s se, e somente, se $\text{Ref}(\alpha)$ possuir a propriedade y , ou em nosso exemplo $\text{Ref}(\alpha)$ ‘é perspicaz’.

O Ax1. adicionado do Ax2. atribui referência e condições de verdade às expressões de nossa linguagem que não funcionam recursivamente para gerar expressões mais complexas à partir de expressões mais simples. O que isso significa, é melhor entendido quando posto em contraste com os axiomas recursivos que exporemos abaixo.

II. Axiomas recursivos para a verdade de fórmulas moleculares

⁴⁷ “in terms of the truth conditions of their constituent sentences.”

AxR1. Para toda fórmula ϕ , $\lceil \text{Não:}\phi \rceil$ é verdadeiro-em- \mathcal{L} s se, e somente se, não é o caso que ϕ seja verdadeiro-em- \mathcal{L} s.

AxR2. Para todas as fórmulas ϕ, Ψ , $\lceil (\phi \text{ e } \Psi) \rceil$ é verdadeiro-em- \mathcal{L} s se, e somente se (ϕ é verdadeiro-em- \mathcal{L} s e Ψ é verdadeiro-em- \mathcal{L} s).

AxR3. Para todas as fórmulas ϕ, Ψ , $\lceil (\phi \text{ ou } \Psi) \rceil$ é verdadeiro-em- \mathcal{L} s se, e somente se, (ϕ é verdadeiro-em- \mathcal{L} s ou Ψ é verdadeiro-em- \mathcal{L} s).

Os axiomas recursivos nos dão condições de verdade-em- \mathcal{L} s para fórmulas que são construídas, pelas regras sintáticas (i) e (ii) acima, à partir de fórmulas mais simples. Eles fazem isso, “para o número infinito de expressões que são realizáveis”⁴⁸ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 69), ao fornecermos as condições de verdade-em- \mathcal{L} s de termos complexos em função das condições de verdade-em- \mathcal{L} s das partes das quais eles são construídos. Sendo assim, portanto, se nós continuamente aplicarmos os axiomas recursivos, para qualquer frase molecular de nossa linguagem, seremos finalmente capazes de alcançar partes onde as condições de verdade-em- \mathcal{L} s dependem apenas dos axiomas de base.

As ferramentas que delimitamos até agora são o aparato básico que precisamos para construir a nossa linguagem simplificada. À partir destas, consideremos agora uma ilustração de como aplicar os axiomas de verdade-em- \mathcal{L} s podem enunciar informalmente as condições nas quais o predicado ‘verdadeiro-em- \mathcal{L} s’ pode ser aplicado às frases de nossa linguagem simplificada. Tomemos $\lceil \phi \vee \neg\Psi \rceil$, que pode ser por um exemplo, $\lceil \text{Daniel é perspicaz ou Não: Bruno é perspicaz} \rceil$. Temos à partir disso que:

(1) $\lceil \phi \vee \neg\Psi \rceil$, ou então em nosso exemplo, $\lceil \text{Daniel é perspicaz ou Não: Bruno é perspicaz} \rceil$ é verdadeiro-em- \mathcal{L} s

se, e somente se,

$\lceil \phi \rceil$, no caso de nosso exemplo: $\lceil \text{Daniel é perspicaz} \rceil$, é verdadeiro-em- \mathcal{L} s, ou,

$\lceil \neg\Psi \rceil$, no caso de nosso exemplo: $\lceil \text{Não: Bruno é perspicaz} \rceil$, é verdadeiro-em- \mathcal{L} s.

[Retiramos isso de AxR.3, por meio de duas aplicações do Quantificador Universal Exemplificado⁴⁹]

(2) $\lceil \neg\Psi \rceil$, no caso de nosso exemplo: $\lceil \text{Não: Bruno é perspicaz} \rceil$, é verdadeiro-em- \mathcal{L} s se, e somente se, não é o caso que $\lceil \Psi \rceil$, ou no nosso exemplo $\lceil \text{Bruno é perspicaz} \rceil$, seja verdadeiro-em- \mathcal{L} s. [Do AxR.1 por Quantificação Universal Exemplificada]

⁴⁸ “for the infinitely many expressions devisable “

⁴⁹ Para uma elaboração apropriada das regras de inferência utilizadas aqui, consultar a nota de rodapé 64, na página 69 de LEPORE & LUDWIG, *Meaning, Truth, Language and Reality*.

- (3) $\lceil \phi \vee \neg\Psi \rceil$, no nosso exemplo: $\lceil \text{Daniel é perspicaz ou Não: Bruno é perspicaz} \rceil$ é verdadeiro-em- \mathcal{L}_s
se, e somente, se
 $\lceil \phi \rceil$, em nosso exemplo: $\lceil \text{Daniel é perspicaz} \rceil$, é verdadeiro-em- \mathcal{L}_s , ou não é o caso que $\lceil \Psi \rceil$, em nosso exemplo $\lceil \text{Bruno é perspicaz} \rceil$, seja verdadeiro-em- \mathcal{L}_s . [De (1) e (2) por substituição]
- (4) $\lceil \phi \rceil$, em nosso exemplo: $\lceil \text{Daniel é perspicaz} \rceil$, é verdadeiro-em- \mathcal{L}_s se, e somente se $\text{Ref}(\alpha)$, que é em nosso exemplo $\text{Ref}(\text{Daniel})$, for perspicaz. [Do Ax B.2 por Quantificação Universal Exemplificada]
- (5) $\lceil \Psi \rceil$, em nosso exemplo $\lceil \text{Bruno é perspicaz} \rceil$, é verdadeiro-em- \mathcal{L}_s se, e somente, se $\text{Ref}(\beta)$, que é em nosso exemplo $\text{Ref}(\text{Bruno})$, for perspicaz. [Do Ax B.2 por Quantificação Universal Exemplificada]
- (6) $\lceil \phi \vee \neg\Psi \rceil$, em nosso exemplo: $\lceil \text{Daniel é perspicaz ou Não: Bruno é perspicaz} \rceil$, é verdadeiro-em- \mathcal{L}_s
se, e somente se,
 $\text{Ref}(\alpha)$, em nosso exemplo: $\text{Ref}(\text{Daniel})$, é perspicaz, ou se não for o caso que $\text{Ref}(\beta)$, em nosso exemplo: $\text{Ref}(\text{Bruno})$, seja perspicaz. [De (3), (4) e (5) por duas aplicações da substituição]
- (7) $\lceil \phi \vee \neg\Psi \rceil$, em nosso exemplo: $\lceil \text{Daniel é perspicaz ou Não: Bruno é perspicaz} \rceil$, é verdadeiro-em- \mathcal{L}_s
se, e somente se,
 α , em nosso exemplo: Daniel, é perspicaz, ou não é o caso que β , em nosso exemplo: Bruno, é perspicaz. [De 6 e Ax b1 pela aplicação da substituição por definição]

Notemos que nossa prova (informal) (1)-(7) é uma sequência de bicondicionais. Além disso, nessa teoria nós utilizamos apenas três regras de inferência, a Quantificação Universal Exemplificada, o Esquema de Substituição, e a substituição de idênticos por definição. A prova procede, então, pela simples aplicação das regras aos axiomas da teoria nas linhas anteriores da prova.

Nesse sentido, por meio dessa prova, nós fornecemos uma forma para a teoria da verdade de nossa linguagem simples, na medida em que fornecemos uma estrutura para o predicado verdadeiro-em- \mathcal{L}_s e uma extensão para verdade-em- \mathcal{L}_s . Mas o que isso nos diz acerca da verdade em geral, ou acerca de, se a extensão desse ‘predicado verdadeiro’

realmente possui apenas frases verdadeiras nele? Verdade-em- \mathcal{L} s “pode ser dita uma teoria da verdade em virtude da sua forma, mas isso ainda não garante que o seu ‘predicado de verdade’ tenha qualquer relação com a noção intuitiva de verdade”.⁵⁰ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 70) É para responder a esse problema que a Convenção T de Tarski emerge. Na visão aqui exposta, um dos grandes méritos da teoria tarskiana é o de determinar a *condição de adequação material* para definições recursivas como as que acabamos de expor. Nesse sentido, a teoria tarskiana nos garante um critério que, se cumprido, garante que ‘é verdadeiro-em- \mathcal{L} s’ possui todas, e somente todas, as frases verdadeiras da linguagem objeto na sua extensão. Mas qual é esse critério? Mais importante, como ele pode garantir tal coisa?

O critério em aplicação para entender verdade-em- \mathcal{L} s é, simplesmente o ponto anteriormente mostrado por Davidson, que nossa teoria deve ter como teoremas todas as frases da forma [T] (a frase de T-forma⁵¹):

[T]: S é verdadeiro-em- \mathcal{L} s se, e somente se, p.

Onde ‘S’ é substituído por uma descrição estrutural apropriada de uma frase da linguagem \mathcal{L} , e ‘p’ é substituído pela própria frase. Nesse sentido, o que o critério da adequação material faz é garantir que as frases as quais se aplica o predicado ‘verdadeiro-em- \mathcal{L} s’ sejam apenas aquelas onde a tradução entre metalinguagem e linguagem-objeto seja apropriada. Esse fenômeno, por sua vez, acontece apenas por que “o significado de uma frase determina (relativo ao mundo) o seu valor de verdade, ou seja, se ela é falsa ou verdadeira”⁵² (LEPORE & LUDWIG, 2010; 71). Ora, sendo assim, segue-se que duas frases com o mesmo significado *devem* ter o mesmo valor de verdade. Se isso é o caso, podemos dizer que a frase usada no lado esquerdo da T-frase deve concordar, em valor de verdade, com a do lado direito, afinal a primeira deve ser uma da tradução da segunda na metalinguagem. Portanto, verdade-em- \mathcal{L} s ao se adequar a convenção T, faz com que extensão da nossa linguagem simplificada contenha todas, e apenas todas, as frases verdadeiras dessa linguagem. Isso por sua vez garante que nossa teoria possua exatamente a propriedade desejada para a construção de uma teoria do significado.

2.3.2 Uma teoria do significado a partir de uma teoria da verdade

⁵⁰ “may be said to be a truth theory in virtue of its form, but this does not yet guarantee that its ‘truth predicate’ has anything to do with the intuitive notion of truth”

⁵¹ Por T-forma queremos dizer as enunciações que possuem a estrutura descrita pelo esquema (T).

⁵² “the meaning of a sentence determines (relative to the world) its truth value, that is, whether it is true or false.”

Nesse ponto, a pergunta que devemos fazer é como pode uma teoria da verdade do tipo exposta acima ajudar na construção de nossa teoria do significado?

Uma primeira tentativa de resposta para essa pergunta é apontar o fato de que o que buscamos é uma teoria *composicional*, que nos permita entender expressões complexas de uma linguagem à partir do fornecimento de uma compreensão das suas partes significativas e de seu modo de combinação. Nesse sentido, uma teoria da verdade que esteja adequada a convenção T, e forneça um emparelhamento entre as frases da linguagem objeto e a metalinguagem já nos leva praticamente “aonde desejamos chegar”⁵³ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 71). Uma vez que tenhamos esse emparelhamento, a única coisa que nos resta fazer é mostrar como o sistema de prova que o gera garante a adequação semântica. Para fazer isso, examinemos nossos axiomas. Eles partiram da ideia de que ao fornecer a teoria da verdade nós exploramos o que sabíamos acerca das interpretações pretendidas dos primitivos de \mathcal{L} “ao utilizarmos-nos de traduções deles na metalinguagem para fornecer-lhes referência e verdade.”⁵⁴ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 72) Chamemos esse tipo de axioma então de axiomas “*interpretativos*”⁵⁵ (Idem, *ibidem*).

Consideremos, então, o efeito desses axiomas. A primeira condição de verdade-em- \mathcal{L} é a para uma frase atômica. Se nós fornecemos uma frase de T-forma usando apenas as aplicações da Quantificação Universal Exemplificada e a Substituição, as expressões que estão sendo substituídas no lado direito do bicondicional irão traduzir aquelas da esquerda e, ao mesmo tempo, preservar a forma semântica da frase. Isso, por sua vez, irá garantir que a frase usada para dar as condições de verdade (i) traduza a frase da linguagem-objeto e (ii) seja construída à partir de partes que tanto traduzem as partes da linguagem-objeto quanto são usadas do mesmo modo na frase da metalinguagem que os termos correspondentes da linguagem-objeto são utilizados. O fato de (i) e (ii), portanto, nos permite ver na construção da prova como, em relação ao conhecimento que os axiomas nos fornecem da tradução de termos singulares e predicados da linguagem-objeto, o significado do todo depende do significado das partes e do seu modo de combinação.

De forma análoga, o mesmo ponto poderia ser feito para a construção das frases moleculares. O uso das regras e do axiomas moleculares nos permite ver como os significados são composicionais, e portanto as provas de frases da T-forma baseada apenas nos axiomas

⁵³ “right where we want to be”

⁵⁴ “by using translations of them in the metalanguage to provide reference and truth condition for them.”

⁵⁵ “interpretive”

interpretativos e nas regras *sempre* irão mostrar como o nosso entendimento da verdade de uma frase depende do entendimento da verdade de suas partes e de seu modo de combinação.

Esse resultado, por sua vez, possibilitará o próximo passo que constituirá a teoria do significado, pois, se nós restringirmos nosso sistema de prova a *somente* os mecanismos utilizados até agora se torna “intuitivamente claro que uma prova terminando em uma frase de T-forma que tenha conseguido eliminar o vocabulário semântico introduzido pela teoria será uma frase T”⁵⁶ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 73), no sentido davidsoniano, ou seja um modelo cuja sua estrutura de prova irá revelar como as palavras componentes se combinam para determinar o significado da frase da linguagem \mathcal{L} . Nesse sentido, a teoria do significado davidsoniana consistirá em uma prova formalmente caracterizada cujo grande trunfo será se utilizar apenas do conteúdo de seus axiomas para provar frases (T). Essas frases consistirão em exemplos nos quais o vocabulário semântico introduzido pela teoria terá sido eliminado. Denominaremos aqui essas provas de *provas canônicas*. Esse tipo de prova, por sua vez, resultará em frases de T-forma que atribuem as condições de verdade as frases por meio de um apelo apenas a nada mais do que as condições especificadas para suas expressões constituintes. Além disso, se utilizarão de termos sinônimos, aqueles para os quais as condições de verdade são afixadas. Por fim, essa especificação, irá garantir o nosso objetivo final, a construção de uma teoria na qual poderemos afirmar o seguinte:

- (1) “Para toda frase ‘*s*’, na linguagem \mathcal{L} , *s* em \mathcal{L} significa que ‘*p*’ se, e somente se, um teorema canônico para ‘*s*’ de uma teoria interpretativa da verdade para \mathcal{L} usar a frase que traduz ‘*p*’ no seu lado direito.”⁵⁷ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 73)

Ou seja, a teoria almejada deve permitir que saibamos o que cada frase da linguagem-objeto significa, ao mostrar como o significado das expressões complexas é entendido pelo significado de suas partes. Nesse sentido, “o que nós queríamos era uma teoria (formal) que, de um número finito de regras e semânticos primitivos, fornecesse uma especificação do significado de cada frase de uma linguagem.”⁵⁸ (LEPORE & LUDWIG, 2010; 73-74) E quanto a esse requisito a teoria davidsoniana parece ter-nos fornecido o que desejávamos. Mas será que isso é o suficiente para o estabelecimento do que é conhecer uma linguagem? É para essa questão que nos voltaremos em seguida.

⁵⁶ “intuitively clear that any proof ending in a T-form sentence that has eliminated the semantic vocabulary introduced by theory will be a T-sentence”

⁵⁷ “For every sentence *s*, language \mathcal{L} , *s* in \mathcal{L} means that *p* iff a canonical theorem for *s* is an interpretive truth theory for \mathcal{L} uses a sentence that translates ‘*p*’ on its right hand side”

⁵⁸ “What we wanted was a (formal) theory which, from a finite number of rules and semantical primitives, issued in a specification of the meaning of every sentence in the language.”

3. Uma teoria da linguagem

3.1 Os problemas da teoria do significado

Nosso objetivo, nesse trabalho, é entender no que consiste conhecer uma linguagem. Nesse sentido, nossa estratégia, seguindo Davidson, consistiu em elaborar um aparato formal que nos permite definir precisamente o que cada expressão de uma linguagem significa. Mas será que essa abordagem de definição é o suficiente para sabermos realmente no que consiste uma linguagem? Segundo Dummett, a resposta a essa pergunta é negativa. Por que é ela negativa?

A tese dummettiana consiste na ideia de que uma teoria que nos permita dizer como uma linguagem funciona, ou seja, uma teoria do significado deve ser “uma teoria da compreensão”⁵⁹ (DUMMETT, 1993; 3). Nesse sentido,

“entender o significado de uma expressão é entender o seu papel na linguagem: uma teoria do significado para uma linguagem é, portanto, uma teoria completa de como uma linguagem funciona como uma linguagem”⁶⁰ (DUMMETT, 1993; 2)

e, portanto, o nosso interesse na noção de significado, como um conceito geral, é um interesse em como uma linguagem *funciona*.

A partir dessa ideia, como podemos avaliar o tipo de teoria do significado proposto por Davidson? É ela suficiente para os nossos propósitos, ou é ela insuficiente? Se é suficiente, por que o é? Se é insuficiente, em que ponto ela falha?

A teoria davidsoniana fornece os significados da linguagem-objeto em função dos significados de uma metalinguagem. Nesse sentido, podemos encarar o projeto davidsoniano como uma continuação do projeto de Quine de fornecer uma teoria de traduções de linguagens que explicassem, por esse método, o que as expressões significam.

Quais são as vantagens desse tipo de projeto?

O que teorias como a do tipo davidsoniano fazem é nos permitir fazer declarações do tipo “O significado da palavra/ frase X é...” ou “A palavra/frase X significa ...”. A partir desse tipo de construção nós podemos estipular, por um exemplo, que o significado de X (em uma metalinguagem) é Q (em uma linguagem-objeto), por meio do estabelecimento de uma função do tipo “X significa que Q”. Se temos uma teoria da verdade com restrições suficientes, a partir disso podemos garantir a coextensionalidade entre as duas expressões do

⁵⁹ “ a theory of understanding”

⁶⁰ “To grasp the meaning of an expression is to understand its role in the language; a complete theory of meaning for a language is, therefore, a complete theory of how the language functions as a language.”

bicondicional e à partir desse tipo de relação precisamente definida garantir que a passagem da expressão da esquerda para a expressão da direita seja semanticamente apropriada. Entretanto, é isso o suficiente para uma explicação completa do que é conhecer uma linguagem?

O que uma teoria do significado do tipo davidsoniano fornece, é uma explicação dos termos de uma linguagem em função do conhecimento dos axiomas que garantem que ela seja equivalente aos termos de uma metalinguagem. É *isso* o suficiente para expressar o que nós sabemos de uma linguagem? Tomemos um exemplo:

Se eu digo que alguém não sabe o que “A terra se move” significa, eu digo que ela não sabe que o nome “A terra se move” (portanto uma expressão da metalinguagem) significa que *de fato* a terra se move (uma expressão da linguagem-objeto). Ainda assim, se essa pessoa conhecesse a sua linguagem, ela seria plenamente capaz de reconhecer uma frase da forma (T) como,

(T): “A terra se move” é verdadeira se, e somente se, a terra se move, dado o fato de que a linguagem-objeto seria uma tradução conhecida da metalinguagem. Na interpretação davidsoniana, é precisamente a capacidade de entender e assentir a esse tipo de estrutura (e implicitamente os axiomas e regras necessários para a sua construção) que explica nosso conhecimento de uma linguagem e consiste em uma teoria do significado apropriada. Entretanto, como podemos ver a partir deste exemplo, um problema muito claro surge nesse tipo de concepção. O agente capaz de reconhecer uma frase da forma (T), *não* necessariamente, sabe o que ‘A terra se move’ significa, ou seja, apesar de ele ser capaz de dar o seu assentimento ao esquema (T), ele ainda não possui a compreensão da expressão ‘A terra se move’ e, portanto, “é incapaz de formular uma caracterização imediata do que é que essa pessoa [o agente] sabe quando sabe o significado de uma palavra ou frase”⁶¹ (DUMMETT, 1993; 3). Isso faz com que este tipo de teoria seja incapaz de dar conta de um contexto extremamente importante no qual nos estamos dispostos a utilizar o termo ‘significa’.

A partir desse exemplo, nós podemos ver que a teoria davidsoniana, é em certa medida insuficiente. Mas por que ela é insuficiente? Na medida em que este tipo de teoria nos fornece uma explicação do significado baseada na concepção de que este é fornecido meramente, pelo “conhecimento dos axiomas que governam tais palavras”⁶² (DUMMETT,

⁶¹ “framed as not to permit an immediate characterization of what it is that a person knows when he knows the meaning of a given word.”

⁶² “ is a knowledge of the axioms governing those words”

1993; 11), tal teoria acaba por se tornar inadequada para nos prover uma teoria que explique a *compreensão* dos termos de uma linguagem. Essa inadequação, por sua vez, é um fato determinante para que não possamos aceitar esta teoria, pois, o fato de tal agente não saber de modo satisfatório o que a frase ‘A terra se move’ significa, pode ser tomando como um forte indicativo de que simplesmente saber a T-frase que define o conceito de verdade em função de uma linguagem semanticamente aberta, não é o suficiente para constituir uma teoria do significado apropriada.

Nesse sentido, a teoria davidsoniana, chamemo-la de teoria *modesta* do significado descreve apenas a capacidade de,

“qualquer um capaz de usar a teoria da verdade para obter uma interpretação da linguagem-objeto desde que ele possua uma compreensão anterior da metalinguagem.”⁶³ (DUMMETT, 1993; 15)

o que é insuficiente para nós descrevermos afinal no que consiste possuir o domínio de uma linguagem.

3.2 Como deve ser uma teoria do significado

Dissemos que uma teoria modesta do significado é incapaz de nos fornecer o que nós buscamos. E ela assim o é, pois em última análise, tal teoria:

“meramente exhibe o que é chegar a uma interpretação de uma linguagem, por meio de, uma compreensão de outra linguagem, que é exatamente a mesma coisa que um manual de tradução faz; [nenhuma dessas duas teorias, entretanto] explica o que é possuir o domínio de uma linguagem, digamos a língua materna [de um agente], independentemente de um conhecimento de qualquer outra [língua].”⁶⁴ (DUMMETT, 1993; 15)

Ora, se assim é o caso, de que tipo de teoria nós precisamos? Que tipo de teoria fornecerá além de uma tradução, também uma explicação do que é conhecer o significado de uma palavra/frase e com isso conhecer uma linguagem?

O que uma teoria desse tipo deve fazer, chamemos uma teoria desse tipo de *teoria completa da linguagem*, é fornecer, além de uma compreensão das condições de verdade dos termos, também uma compreensão de como essas condições são obtidas tanto para seus termos primitivos quanto para seus termos complexos. Nesse sentido, o que uma teoria completa deve fazer é realmente dizer o que o falante sabe quando sabe uma linguagem, ou

⁶³ “anyone able to use the theory of truth in order to obtain an interpretation of the object language that he have a prior understanding of the metalanguage.”

⁶⁴ “merely exhibits what it is to arrive at an interpretation of one language via an understanding of another, which is just what a translation manual does; it does not explain what it is to have a mastery of a language, say one’s mother tongue, independently of a knowledge of any other.”

seja, explicar como o significado de pelo menos alguns termos, é dado em função de algo que não seja meramente linguístico.

A partir desse conceito, ou seja, da ideia de quando construímos uma teoria do significado, o que nós estamos realmente preocupados é com,

“a representação, em termos de conhecimento proposicional de uma habilidade prática, e, em particular quando tal habilidade é precisamente a de domínio de uma linguagem, é incumbido a nós, se nossa descrição deseja ser explicativa, não somente especificar o que alguém deve saber para possuir tal habilidade, mas também o que é para tal pessoa saber tal coisa, ou seja, o que nós consideramos como manifestação de conhecimento de tais proposições; se falharmos em fazer isso, então a conexão não será feita entre a nossa representação teórica e a habilidade prática que nós pretendemos representar.”⁶⁵ (DUMMETT, 1993; 20)

Chegamos à conclusão que uma teoria modesta é justamente o tipo de teoria que fornece apenas uma representação *teórica* da habilidade prática de dominar uma linguagem e que o que nós precisamos, é de um princípio adicional que faça a conexão entre tal representação e a habilidade que nós pretendemos representar.

Tendo em vista essa conclusão, a última pergunta que nos resta fazer para fornecermos uma teoria do significado que represente adequadamente o que é conhecer uma linguagem, é a seguinte: Qual é este princípio adicional necessário para a construção de uma teoria completa do significado? É para a resposta desse questionamento que nos voltaremos em seguida.

3.3 Uma teoria do significado adequada

O argumento dummettiano parece determinar que uma teoria modesta do significado é incompleta, ou seja, que ela não é o suficiente para explicar no que consiste o nosso conhecimento do significado dos termos. Para explicarmos isso, nós precisaremos de algo a mais, mas do quê? Qual é o mecanismo que é capaz de explicar no que consiste a nossa compreensão de um dado termo?

Para Dummett, a resposta a questão do que torna legítima uma asserção arbitrária é que ela deve ter uma “justificação”⁶⁶ (DUMMETT, 2010; 135). Nesse sentido, o que explica o que um falante sabe quando sabe uma linguagem, por um exemplo, quando um falante sabe

⁶⁵ “a representation in terms or propositional knowledge of some practical ability, and, in particular when that practical ability is precisely the mastery of a language, it is incumbent upon us, if our account is to be explanatory, not only to specify what someone has to know for him to have that ability, but also what is for him to have that knowledge, that is, what we are taking as constituting a manifestation of a knowledge of those propositions; if we fail to do this, then the connection will not be made between the theoretical representation and the practical ability it is intended to represent.”

⁶⁶ “justification”

que o que a frase ‘Existem 17 damascos nessa tigela’ significa é que existem 17 damascos na tigela é o fato de que,

“Virtualmente qualquer um, quando requisitado para caracterizar o significado dessa declaração, e certamente qualquer um que estivesse disposto a explicar o significado dessa frase em termos de como nós descobrimos que ela é verdadeira, falaria nesse contexto a respeito da contagem; contar os damascos é o meio direto ou canônico de se estabelecer a sua verdade”⁶⁷ (DUMMETT, 2004; 53)

O método pelo qual nós sabemos o que um termo significa, portanto, é o método pelo qual nós poderíamos estar justificados para afirmar que aquele termo é verdadeiro. Nesse sentido, o significado de uma frase deve ser relacionado com uma habilidade prática, nomeadamente a habilidade de realizar uma verificação canônica, ou seja, o significado de uma frase deve consistir no método direto que justifica a compreensão, de um agente, do conteúdo daquela frase. A partir dessa ideia, podemos elaborar uma concepção de linguagem que pareça ser responsável para com as nossas exigências de explicação do processo linguístico, pois, seremos finalmente capazes de fornecer uma explicação que não empurra o problema para um nível metalinguístico, mas sim tenta solucioná-lo ao explicar no que consiste o domínio da prática linguística. Esse resultado é extremamente importante, pois, na medida em que tornamos este conceito claro ao defini-lo como a habilidade para “se comportar de certos modos” (BROCK & MARES, 2007; 88) realizamos exatamente o que nós desejávamos, ou seja, quando propomos uma teoria do significado na qual conhecer um termo é conhecer as condições nas quais podemos “realizar verificações diretas sobre termos, desafiar outros nas suas asserções ao mostrar que verificações sobre tais termos não podem ser realizadas, e assim por diante”⁶⁸ (idem, ibidem) estamos *ipso facto* fornecendo uma descrição do que um agente sabe quando ele sabe uma linguagem.

4. Conclusão

Nosso objetivo aqui era o de mostrar no que consiste conhecer a uma linguagem. Quanto a esse objetivo nós chegamos a conclusão de que a melhor forma de explicar uma linguagem é por meio da noção de significado. Tendo em vista essa intuição, nós examinamos a noção de significado, chegando à conclusão de que uma tese que postula

⁶⁷ “Virtually anyone, asked to characterize the meaning of that statement, and certainly anyone disposed to explain the meaning of a statement in terms of how we find out that it is true, would talk in this connection about counting; counting the apricots is the direct or canonical method of establishing its truth”

⁶⁸ “to perform certain sorts of verifications, to challenge others in their claims by showing that those verifications cannot be performed and so on.”

significados como entidades é insuficiente. Seguimos adiante buscando uma definição baseada na ideia da relação entre verdade e significado e utilizando-nos da convenção T.

Essa abordagem, entretanto, não foi em si suficiente. Por isso adicionamos outro princípio, chamemo-lo *princípio M*, que retrata a ideia de que entender os meios pelos quais entendemos o significado é entender um conjunto canônico de condições pelo quais se satisfaz a noção de significado.

A partir dessa investigação podemos dizer que a nossa teoria final do significado, como apresentada aqui, consiste no seguinte. Nós dispomos de uma estrutura formal, do tipo davidsoniana, que retrata como nós possuímos um conhecimento *indireto* da linguagem, ou seja, que explica como compreendemos conceitos em função de outros conceitos e por isso é suficiente para explicar como adquirimos conceitos complexos ou como adquirimos conceitos simples em função de outros conceitos em outras linguagens. Além disso, nós dispomos de um princípio M que é a tese de que “o significado de uma frase é o seu método de verificação”⁶⁹ (DUMMETT, 1993; 41), a qual fornece um meio pelo qual, em última análise, “podemos derivar de maneira uniforme todas as outras propriedades do uso de uma frase desta única propriedade [o método de verificação]”⁷⁰ (Idem, ibidem) , ou seja, nós dispomos de um princípio que parece explicar, ao fim e ao cabo, como sabemos o significado dos termos e que portanto também parece ser suficiente para explicar o que sabemos quando sabemos uma linguagem.

Referências Bibliográficas

- BROCK, Stuart. & MARES, Edwin. *Realism and Anti-Realism*. Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2007
- CABRERA, Júlio. *Margens das filosofias da linguagem*. Brasília: Editora UnB, 2003.
- DAVIDSON, Donald. *Inquiries into Truth and interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DUMMETT, Michael. *The Seas of Language*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- DUMMETT, Michael. *Truth and the Past*. New York: Columbia University Press, 2004.
- DUMMETT, Michael. *The Nature and Future of Philosophy*. New York: Columbia University Press, 2010.

⁶⁹ “the meaning of a sentence is the method of its verification”

⁷⁰ “there is some uniform means of deriving all the other features of the use of any sentence from this one feature.”

- FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: Paulo Alconforado (Org.) *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1978.
- HAACK, Susan. *Filosofia das Lógicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- LEPORE, Ernie & LUDWIG, Kirk. *Donald Davidson: Meaning, Truth, Language, and Reality*. Oxford; Oxford University Press, 2010.
- LOCKE, John. Ensaio Acerca do Entendimento Humano. In: *Os Pensadores*. Trad. de Anoar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MILL, John S. *A System of Logic*. London: Longmans, 1973.
- SANTOS, Ricardo. *A verdade de um ponto de vista lógico-semântico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003.
- Tarski, Alfred. O conceito de verdade nas linguagens formalizadas. In: Mortari, Cezar A. Dutra, Luiz Henrique. (Org) *A concepção semântica de verdade: Textos clássicos de Tarski*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, trans. By G. E. M. Anscombe. 4th edition. Oxford: Basil Blacwell, 2009.